

Continuação					
HOSPITAL MOINHOS DE VENTO ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO CNPJ nº 92.685.833/0001-51					
A movimentação da dívida líquida é demonstrada a seguir:					
(i) Controladora	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Obrigações de arrendamento	Dívida total	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Em 1º de janeiro de 2024	315.414	4.182	319.596	(535.328)	(215.732)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	10.000	8.468	18.468	-	18.468
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(49.364)	(2.403)	(51.767)	-	(51.767)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(37.190)	(436)	(37.626)	-	(37.626)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(876)	(876)
	(76.554)	5.629	(70.925)	(876)	(71.801)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	34.656	436	35.092	-	35.092
Outras variações	-	(40)	(40)	-	(40)
	34.656	396	35.052	-	35.052
Em 31 de dezembro de 2024	273.516	10.207	283.723	(536.204)	(252.481)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	-	816	816	-	816
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(52.044)	(2.276)	(54.320)	-	(54.320)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(47.354)	(724)	(48.078)	-	(48.078)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	125.180	125.180
	(99.398)	(2.184)	(101.582)	125.180	23.598
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	38.840	724	39.564	-	39.564
	38.840	724	39.564	-	39.564
Em 31 de dezembro de 2025	212.958	8.747	221.705	(411.024)	(189.319)
(ii) Consolidado	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Obrigações de arrendamento	Dívida total	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Em 1º de janeiro de 2024	315.414	4.182	319.596	(535.328)	(215.732)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	10.000	8.468	18.468	-	18.468
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(49.366)	(2.403)	(51.769)	-	(51.769)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(37.190)	(436)	(37.626)	-	(37.626)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(953)	(953)
	(76.556)	5.629	(70.927)	(953)	(71.880)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	34.656	436	35.092	-	35.092
Efeito da aquisição de controlada (Nota 9)	6	-	6	-	6
Outras variações	-	(40)	(40)	-	(40)
	34.662	396	35.058	-	35.058
Em 31 de dezembro de 2024	273.520	10.207	283.727	(536.281)	(252.554)
Movimentações que afetaram os fluxos de caixa					
Captação de dívida bancária e novos arrendamentos (principal)	-	816	816	-	816
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (principal)	(52.048)	(2.276)	(54.324)	-	(54.324)
Pagamento da dívida bancária e arrendamentos (juros)	(47.354)	(724)	(48.078)	-	(48.078)
Movimentações do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	125.197	125.197
	(99.402)	(2.184)	(101.586)	125.197	23.611
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixa					
Despesa de juros	38.840	724	39.564	-	39.564
Outras variações	-	-	-	-	-
	38.840	724	39.564	-	39.564
Em 31 de dezembro de 2025	212.958	8.747	221.705	(411.084)	(189.379)
(b) Transações que não afetaram o caixa	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Aquisição de ativo imobilizado a pagar	14.798	55.599	14.798	55.599	
24 Seguros					
A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.					
As importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas abaixo:					
					Importância segura
Incêndio, raio, explosão e outros riscos					652.500
Responsabilidade civil geral e administradores					75.000
Eventos cibernéticos					10.000
Seção D – Políticas contábeis materiais					
25 Resumo das políticas contábeis materiais					
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.					
25.1 Conversão de moeda estrangeira					
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação					
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.					
(b) Transações e saldos					
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais, quando aplicável, relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados nas demonstrações dos resultados como receita ou despesa financeira. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.					
25.2 Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.					
25.3 Ativos financeiros					
25.3.1 Classificação					
A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:					
▪ Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).					
▪ Mensurados ao custo amortizado.					
A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.					
25.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento					
Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Entidade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.					
25.3.3 Mensuração					
Quando aplicável, no reconhecimento inicial, a Entidade mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.					
25.3.4 Impairment					
A Entidade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Entidade aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.					
25.4 Contas a receber de clientes					
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber faturados e contas em formação (Nota 6) pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A Entidade mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas e glosas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.					
25.5 Estoques					
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende basicamente os custos dos insumos e materiais que serão utilizados na prestação dos serviços dentro do curso normal das atividades da Entidade.					
25.6 Arrendamentos					
A Entidade aluga locais e equipamentos para a prestação dos seus serviços. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Entidade aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Entidade é o arrendatário, a Entidade optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.					
Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.					
Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.					
Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:					
▪ pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;					
▪ pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;					
▪ valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;					
▪ o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;					
▪ pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.					
Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. A Entidade está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.					
Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:					
▪ o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;					
▪ quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;					
▪ quaisquer custos diretos iniciais; e					
▪ custos de restauração.					
Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Entidade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.					
(ii) Opções de prorrogação e extinção					
As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.					
25.7 Ativos intangíveis					
Softwares					
As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Entidade, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Quando aplicável, os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. A taxa anual de amortização utilizada pela Entidade é de 20%.					
Outros ativos intangíveis					
Outros ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.					
25.8 Imobilizado					
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.					
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:					
Prédio					Vida útil (em anos)
Máquinas, equipamentos e aparelhos médicos					40
Móveis e utensílios					10
Instrumental cirúrgico					10
Equipamentos de computação e comunicação					5
Veículos					5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas relacionados a baixa do ativo imobilizado são reconhecidos em "Custo do serviço prestado" ou em "Despesas com vendas, gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados.					Taxa de depreciação (anual)
					2,50%
					10,00%
					10,00%
					10,00%
					20,00%
					20,00%
25.9 Propriedades para investimento					
As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo e estão representadas por terrenos mantidos para ampliações futuras.					
25.10 Fornecedores					
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.					
25.11 Empréstimos e financiamentos					
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida nas demonstrações dos resultados durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.					
Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para ser usado ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.					
25.12 Provisões					
(a) Geral					
Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.					
(b) Provisão para contingências					
A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.					
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Os provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.					
25.13 Benefícios a empregados					
Obrigações de pós-emprego					
A Entidade reconhece o passivo atuarial de pós-emprego decorrente do plano de saúde. A obrigação é calculada por atuários independentes, sendo que os ganhos e perdas atuariais do valor presente da obrigação decorrentes da atualização das premissas são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.					